" Il n'y a pas de perspective possible au développement dans ces régions qui ne prennent appui sur les sociétés elles-mêmes, qui ne transforment les sociétés en acteurs de leur propre développement " Edgar Pisani, a propósito do futuro das zonas secas da Ásia.

A África vive um período de viragem. A crise dos vários sistemas políticos é evidente. Verificou-se o esgotamento das possibilidades dos sistemas monopartidários¹, os quais já não permitem a expressão e a representação dos interesses das várias forças que integram as nossas sociedades.

A democratização² das sociedades africanas constitui uma necessidade e, para muitos, a saída adequada para as crises políticas, económicas e sociais que enfrenta a maioria dos nossos países. Neste contexto, a questão principal é como evitar que a mudança do sistema político se traduza no caos e na destruição das bases económicas, o que, a acontecer, poderia desacreditar a democracia, reduzir as possibilidades de consolidação dos seus fundamentos e hipotecar o seu futuro.

A democracia não deve ser entendida nem como uma revelação, nem como uma panaceia para todos os nossos males. É antes, um sistema político a construir, cujo tempo de maturação é geralmente longo e cujo processo de construção deve ser interiorizado pelos seus actores políticos principais e integrado numa estratégia adequada.

É evidente que a construção da democracia tem custos económicos e financeiros elevados e exigências nos planos moral, ético, político e cultural.

O momento histórico que vive a África difere dos momentos anteriores pela amplitude, diversidade e complexidade dos problemas e desafios a enfrentar, num ambiente político, económico e social em mutação e pleno de incertezas. Em tais circunstâncias e sem uma mudança profunda no estilo de gestão do desenvolvimento, os espaços de manobra de que dispõem os actores políticos africanos são muito estreitos.

Na verdade, a crise política dos países africanos imbrica-se com uma profunda crise económica e social. Os problemas de fundo que caracterizam essas crises são conhecidos e têm sido analisados em numerosos ~~foruns~~ foruns. O consenso existente hoje sobre o diagnóstico da crise africana aparece, mesmo, como uma das características da situação africana. Os desacordos aparecem em torno das estratégias a pôr em prática para enfrentar os numerosos desafios com que a África se depara, a saber: a construção da democracia e a salvaguarda dos direitos humanos; a reconstituição do tecido económico e social, a integração regional das economias; a conciliação do crescimento demográfico com a produção agrícola e o meio-ambiente; a restituição da confiança aos cidadãos, a garantia da paz, da coesão nacional e da estabilidade, e a retomada do crescimento da economia.

Do nosso ponto de vista, os processos de transição política são, geralmente, mais longos e complexos do que se pode pensar. Com efeito, ela não se esgota na realização de eleições pluripartidárias e na institucionalização dos órgãos do poder do Estado.

As situações de transição caracterizam-se por uma atmosfera de insegurança, de contradições e de incertezas que têm impacto sobre a performance dos actores políticos. Por outro lado, a impaciência, o imediatismo, o revanchismo e o oportunismo são fenómenos

1) Diferenciar os regimes monopartidários dos regimes militares

2 modernização

comuns dos processos africanos de transição, que actuam como obstáculos à sua consolidação.

A instabilidade e a insegurança provocadas pela mudança de regime devem ser geridas com atenção, constituindo tarefa prioritária a criação de um ambiente político democrático e assegurado baseado na estrita observância das regras do jogo democrático e na protecção dos direitos políticos dos cidadãos e dos partidos e das minorias.

A construção da democracia encerra vários dilemas. [Para serem vitoriosas num sistema pluralista, as forças democráticas devem competir entre si, mas para construir a democracia devem unir-se contra as forças tendencialmente autoritárias] Esse dilema pode ameaçar a transição para a democracia. A sua solução passa pelo estabelecimento de pactos políticos.

O mesmo dilema pode aparecer, de forma modificada, depois da instalação das instituições democráticas. O problema clássico de qualquer oposição na democracia é saber até onde levar a sua oposição e ~~que~~ ^{quais} os meios utilizar. Se a oposição não faz oposição, não apresenta alternativas, o poder representativo das instituições e a sua capacidade de mobilizar e incorporar saem enfraquecidos. A democracia fica anémica. Mas, se a oposição se opõe com excessos, a democracia poderá ser ameaçada. Particularmente quando as condições económicas são difíceis uma oposição demasiado vigorosa poderá conduzir a uma situação de ingovernabilidade. A saída poderá ser, de novo, um pacto político.

O propósito de tais pactos é a protecção das instituições ainda frágeis, através da redução do nível de conflitos e tensões na sociedade. Haverá a necessidade do reconhecimento de garantias mútuas entre os actores políticos.

No curso dos processos de consolidação democrática, a questão da governabilidade e do desempenho do governo é crucial, sobretudo nas situações de ausência de uma cultura política democrática sólida.

Por isso, uma das tarefas centrais da transição deveria ser a de evitar a formação de condições tendentes a gerar uma crise de governabilidade. Basicamente, porque tais crises impossibilitam a formulação de políticas de médio prazo destinadas a assegurar a viabilidade da construção democrática.

A condição de governabilidade é dada pela capacidade demonstrada por uma estrutura de poder ou sistema de governo em mobilizar os recursos necessários ao atendimento de demandas cuja não satisfação pode constituir-se em ameaça à preservação da estrutura do poder ou à capacidade operacional do governo.

Qualquer que seja a estrutura económica herdada dos regimes anteriores, verifica-se nos países africanos a configuração de uma mesma e intrincada conjuntura económica. E a tendência, em qualquer dos países, é para essas conjunturas gerarem crises de governabilidade.

Outra questão que se coloca, do ponto de vista político, é se essas conjunturas, criadas durante a transição, e a crise de governabilidade que elas podem acarretar, serão capazes de produzir ou não efeitos cumulativos no plano social e político que ponham em risco, a curto ou a médio prazos, a construção democrática.

A gestão dessas conjunturas económicas difíceis deve constituir uma das tarefas principais da transição.

Por outro lado, do ponto de vista da acção política, coloca-se a questão do desempenho dos actores políticos face a tais conjunturas, gerindo-as ou deixando que se dete~~riorem~~^{riorem} a ponto de provocarem crises de governabilidade. A persistência por longo tempo dessa conjuntura, tende a criar uma situação que poderá ser percebida como uma disfuncionalidade da própria experiência de governo democrático.

Aliás, no processo de democratização, a qualidade do desempenho e o comportamento dos actores políticos, individuais e colectivos, ocupam um lugar relevante. Tanto podem contribuir para o fortalecimento da cultura democrática, como podem servir para perverter as regras do jogo democrático, legitimando o princípio do "vale tudo". O recurso à demagogia e ao populismo pode servir para conquistar o poder, mas não servirá para governar.

Creemos que se impõe entre nós a necessidade de ^{uma} nova ética na política e da instauração no nosso seio de uma tradição de auto-crítica e de análise crítica a fim de identificar as nossas fraquezas estruturais e conceptuais, para permitir a superação destas e integrar valores novos, exigência para uma resposta adequada aos desafios da modernidade. Por outro lado, os grandes desafios africanos serão ganhos na medida da sua apropriação pela sociedade. Seja a consolidação da democracia, seja a realização do desenvolvimento económico, pressupõem a participação e a implicação das populações, como garante do êxito das políticas e da irreversibilidade do processo.

Aos partidos políticos, por sua vez, cabe um papel fundamental na construção do Estado de direito democrático e na consolidação das bases do pluralismo político. Para além disso, desempenham um papel essencial no desenvolvimento de uma cultura democrática e pluralista e na estruturação de novas formas de comportamento, sem esquecer o seu desempenho na formação e na manutenção das instituições democráticas. Não haverá democracia pluralista em África, se não houver partidos políticos autênticos e creíveis.

O reforço da credibilidade ^(e da autonomia) dos partidos políticos passa pela ~~reconhecimento~~ do seu estatuto político (lei dos partidos políticos) e pela garantia pelo Estado, de maneira transparente, de recursos necessários ao seu funcionamento (lei de financiamento dos partidos políticos). ^{suficientes}

Os actores principais do processo de transição devem abordar com realismo os problemas postos pela segmentação das sociedades africanas e pela questão étnica. Nesse quadro, considero que as estruturas tradicionais devem ser vistas como mais uma instituição com a qual se deve construir a democracia e o desenvolvimento. Aliás, do meu ponto de vista, o tribalismo é favorecido pela insegurança e pela imprevisibilidade.

Para construir a democracia e vencer a crise, sustentamos que a África precisa, antes de tudo, de uma profunda reforma moral e cultural. Não se está face a uma questão de competência tecnocrática, mas sim, diante da necessidade do empenhamento generoso e patriótico das elites africanas e da sua interiorização de valores morais e culturais que se adequam a uma sociedade moderna, democrática e progressista, rompendo-se, assim, com a tradição clientelista ^{neol} e patrimonialista e paternalista.

~~deteriorarem~~
deteriorarem

dignificação

fim

que estado

Mas, para atingir esses objectivos, democracia e desenvolvimento, os actores políticos e os actores sociais africanos devem repensar o papel do Estado, sem contudo, se deixarem cair em debates estéreis, como "o mais ou menos Estado." Os países africanos encontram-se sub-governados: nota-se cada vez mais um défice de intervenção do Estado na sociedade e na economia e ao mesmo tempo constata-se que as seus aparelhos administrativos são pletóricos, com um funcionamento que nem sempre permite a afectação adequada dos recursos nacionais. A questão fundamental está, pois, em como melhorar a eficácia do Estado e garantir a transparência do seu funcionamento

Na actual conjuntura internacional, é indispensável uma abordagem realista dos problemas e ter em conta que as margens de manobra dos países africanos são cada vez mais estreitas, chegando, nalguns casos, os parâmetros a estarem já pré-estabelecidos. Para além do mais, verifica-se uma nítida perda de peso negocial da África, o que, em contrapartida, exige dos seus dirigentes o conhecimento profundo da realidade internacional e das regras do jogo, bem como uma capacidade governativa suplementar.

É certo que aos africanos cabem as tarefas principais no processo de construção da democracia, assim como na reconstrução da economia. É, porém, necessário reconhecer que a contribuição e o apoio dos países industrializados constituem, também, uma necessidade real. Todavia, o quadro em que se processará essas contribuições externas deve ser reelaborado e negociado, permitindo assim impedir as perversões actuais das chamadas ajudas ao desenvolvimento.

Para a consolidação dos regimes pluralistas africanos vejo a necessidade de um equilíbrio social mínimo que possa dar o tempo para a formulação e aplicação de programas coerentes de reforma política e económica. Esse equilíbrio social não poderá ser realizado sem recursos, parecendo-me necessário obter, por exemplo, o mais cedo possível, a anulação das dívidas externas, cujos serviços são hoje insuportáveis pelas populações africanas.

Qual a chance de sucesso?

O sucesso da democratização depende dos êxitos realizados na economia, da satisfação das necessidades básicas das populações, da boa gestão da coisa pública, de um ambiente favorável, nos planos interno e externo, da impregnação de uma cultura democrática, da existência de uma imprensa independente, da descentralização e da participação popular e, enfim, da qualidade do desempenho e da conduta política dos actores políticos.

São relevantes ainda a eliminação dos factores de guerra e da instabilidade crónica e o triunfo da tolerância e do respeito pela diferença sobre todos os fundamentalismos.

As chances de sucesso da construção da democracia passam ainda pela optimização das capacidades humanas africanas e pela potenciação de todos os recursos e meios disponíveis.

As chances de sucesso aumentam, no meu entender, com o estabelecimento de compromissos patrióticos ou pactos para a democracia e o progresso que envolvam e responsabilizem todas as forças vivas da Nação na construção do futuro.

Enfim, a irreversibilidade dos processos de democratização e de desenvolvimento económico, está, essencialmente, em aprender com a História, isto é, não repetir os erros cometidos no passado.